

A. I. Nº - 123624.0001/24-8
AUTUADO - MÚLTIPLAS IND. DE PLÁSTICOS LIMITADA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
AUTUANTE - WILSON BRITO NOVAES
ORIGEM - DAT NORTE / INFAZ CENTRO NORTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 19/05/2025

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0065-01/25-VD**

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. DESTAQUE DO IMPOSTO A MAIS NO DOCUMENTO FISCAL. Restou comprovado nos autos que as notas fiscais questionadas na autuação, foram emitidas por conta de devoluções, para corrigir o valor do imposto destacado nas operações originais, atendendo as disposições contidas no art. 451 do RICMS/BA. Infração insubsistente. 2. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. SAÍDAS PARA CONTRIBUINTE LOCALIZADOS NESTE ESTADO. FALTA DE RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. A lei atribui ao remetente, a responsabilidade pelo lançamento e recolhimento do ICMS, na condição de sujeito passivo por substituição, devendo fazer a retenção do imposto, nas operações de saídas que efetuar, para fins de antecipação do tributo relativo à operação ou operações subsequentes a serem realizadas pelos adquirentes neste Estado. Infração reconhecida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 20/03/2024, exige do autuado ICMS no valor histórico de R\$ 101.489,44, mais multas de 60%, em decorrência do cometimento das infrações abaixo:

Infração 01 - 001.002.041: Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em decorrência de destaque de imposto a maior nos documentos fiscais, nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, no valor de R\$ 4.619,20, mais multa de 60%.

Enquadramento Legal: artigos 29 e 31 da Lei 7.014/96 C/C art. 309, § 7º, do RICMS publicado pelo Decreto nº 13.780/2012. Multa Aplicada: art. 42, inciso VII, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Infração 02 - 007.002.003: Deixou de proceder a retenção do ICMS e o consequente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado; nos meses de agosto, novembro e dezembro de 2019; e janeiro a dezembro de 2020; no valor de R\$ 96.870,24, mais multa de 60%.

“Deixou de efetuar retenção de ICMS por substituição tributária nas vendas realizadas para contribuintes não inscritos localizados neste Estado, vendas estas com volume e habitualidade que caracteriza intuito comercial, mercadorias enquadradas no ANEXO 88 no período de 01/01/2019 a 31/12/2020”.

Enquadramento Legal: art. 8º, II, da Lei nº 7.014/96 C/C art. 289, do RICMS publicado pelo Decreto nº 13.780/2012. Multa Aplicada: art. 42, II, “e”, da Lei nº 7.014/96.

O contribuinte tomou ciência do Auto de Infração em 15/04/24 (AR à fl. 20), e ingressou tempestivamente com defesa administrativa em 14/06/24, peça processual que se encontra anexada às fls. 22/23. A Impugnação foi formalizada através de petição subscrita por seu representante legal.

No que diz respeito à infração 01, alega que descabe a acusação de destaque de imposto a maior nos documentos fiscais nº 4067 e 4805.

Afirma que ambos os documentos foram emitidos em conformidade com as operações de devolução e complementação, utilizando as mesmas alíquotas aplicadas nas vendas originais, em estrita observância ao art. 451 do RICMS-BA, que transcreve.

Esclarece que a Nota Fiscal nº 4067 se trata de uma nota fiscal complementar de ICMS, referente à Nota Fiscal nº 3917, a qual foi emitida para registrar uma devolução de venda correspondente à Nota Fiscal nº 3662. Aduz que a emissão de notas fiscais complementares é permitida para corrigir o valor do imposto destacado nas operações originais, e que dessa forma, a Nota Fiscal nº 4067 foi emitida para corrigir e complementar a operação de devolução da venda, utilizando a mesma alíquota aplicada originalmente na venda registrada na Nota Fiscal nº 3662, em conformidade com a legislação vigente.

Acrescenta que a Nota Fiscal nº 4805 refere-se a uma devolução de venda, correspondente à Nota Fiscal nº 4432, e que ambas as notas foram emitidas com a mesma alíquota de ICMS, seguindo o procedimento correto para anulação da operação de venda, nos mesmos moldes da operação mais acima citada.

Ao final, pede a improcedência da infração em comento, ao tempo em que reconhece a procedência da infração 02, informando que o débito se encontra parcelado (parcelamento nº 62960245), com o pagamento da primeira parcela efetuado em 12/06/2024.

O autuante presta informação fiscal, às fls. 46 a 48, acatando as alegações defensivas.

Diz que após examinar os registros da EFD e documentos fiscais do autuado, constatou que o contribuinte procedeu de acordo com as disposições do art. 451, do RICMS/BA, não havendo divergência de ICMS a ser exigida na infração 01.

Quanto à infração 02, comenta que o autuado reconheceu a procedência e solicitou parcelamento do débito.

VOTO

Inicialmente, verifico que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e das multas aplicadas relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos. Foram observados, portanto, todos os requisitos previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

No mérito, a primeira infração exige ICMS, acusando o contribuinte de ter utilizado indevidamente crédito fiscal em decorrência de destaque de imposto a maior nas notas fiscais nºs 4067 e 4805.

Entretanto o autuado comprovou que ambos os documentos foram emitidos em conformidade com as operações de devolução e complementação, utilizando as mesmas alíquotas aplicadas nas vendas originais, observando as disposições contidas no art. 451 do RICMS/BA.

Ou seja, a Nota Fiscal nº 4067 se trata de uma nota fiscal complementar de ICMS, referente à Nota Fiscal nº 3917, a qual foi emitida para registrar uma devolução de venda correspondente à Nota Fiscal nº 3662, e a Nota Fiscal nº 4805 refere-se a uma devolução de venda, correspondente à Nota Fiscal nº 4432.

Vale registrar que as notas fiscais questionadas na autuação, foram emitidas por conta de devoluções, para corrigir o valor do imposto destacado nas operações originais, e o próprio autuante reconheceu que a exigência do imposto em lide é indevida.

Infração insubsistente.

A segunda infração refere-se a falta de retenção do ICMS e o consequente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações internas subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados neste Estado.

O autuado reconheceu a procedência da exigência, tendo, inclusive, solicitado parcelamento do débito, pondo fim a lide relativa a essa infração.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, em função da manutenção apenas da infração 02, devendo ser homologado os valores recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 123624.0001/24-8, lavrado contra **MÚLTIPLAS INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LIMITADA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 96.870,24**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, II, “e” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores recolhidos.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 28 de abril de 2025.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – RELATOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – JULGADOR